

# EMENTÁRIO

## - INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL

Modelos Mentais e Sistemas de Crenças; Processos Decisórios; Influência da sua história de vida; Nova Biosfera de Aprendizagem; Competências e a possibilidade de encarar a Educação como um ato de Amor.

## - PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS - PAR

Etapas de diagnóstico, planejamento e monitoramento do Plano de Ações Articuladas – PAR. Histórico dos diferentes módulos do PAR, no SIMEC. Legislação e normativos do Planejamento. Orientações para o cadastramento de iniciativas do PAR. Requisitos técnicos para análise e aprovação das iniciativas junto ao MEC/FNDE. Reformulações de termos de compromisso e solicitações de prorrogação de prazos termos de compromisso. Captação de recursos e prestação de contas de termos de compromisso do PAR.

## - OBRAS DO PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR

Conceituando as obras do PAR: características dos projetos e requisitos para inserção no Plano de Ações Articuladas - PAR. Monitoramento de obras no SIMEC: operacionalização do módulo Obras 2.0. Reformulações de obras do PAR: mudanças de terreno, utilização de rendimentos de aplicação financeira, alterações de projetos. Solicitação de desembolsos. Restrições e inconformidades técnicas: conceito e requisitos para superação. Obras paralisadas e inacabadas da educação: procedimentos para a retomada. Prestações de contas de obras no SIMEC: cumprimento do objeto e execução financeira.

## - TRANSFERÊNCIAS E RECURSOS AUTOMÁTICOS E VOLUNTÁRIOS

Conceitos, operacionalização, orientações, legislações dos programas do FNDE: Programa Nacional de Transporte Escolar – PNATE. Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE – Programa Dinheiro Direto na Escola- PDDE. Brasil Carinhoso. Entidades conveniadas com o Poder Público que recebem recursos do FNDE. Programa de Ações Articuladas- PAR (caminho da escola e os Termos de compromisso).

## - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE PROGRAMAS EDUCACIONAIS FEDERAIS

Contextualização da prestação de contas no FNDE. Operacionalização dos sistemas: Sistema de Gestão de Prestação de Contas (SiGPC), do Sistema de Gestão dos Conselhos – (SIGECON) e no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle – (SIMEC), “Termo de Compromisso”. Orientação na elaboração das prestações de contas de cada um dos programas do FNDE. Análise e auditoria das prestações de contas enviadas, observando o impacto e as responsabilidades. Conceito e importância do papel do Controle social no acompanhamento da aplicação dos recursos e nas prestações de contas

## - A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

Base Nacional Comum Curricular: conceito, dispositivos legais, princípios. Dispositivos legais nacionais e estaduais. A filosofia pragmatista da nova Base Curricular. As competências gerais, por áreas, por conteúdos e por idade. A ênfase às competências relacionadas ao conteúdo.

## - FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

A Constituição Federal. A Emenda Constitucional nº 108/2020. A redistribuição do ICMS municipal. A Lei nº 14.113/2020. Os recursos financeiros do Fundeb. Pontos básicos do novo Fundeb. Demais recursos a serem aplicados à educação municipal: 5% dos impostos que compõem o Fundeb e 25% dos impostos municipais. Aplicação de percentual mínimo à educação infantil. As complementações financeiras aos municípios: VAAF ; VAAT e VAAR. O salário-educação. Transferência de recursos automáticos e voluntários à educação municipal

## - O CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDEB

A Lei nº 14.113/2020. Objetivo: Controle Social de Acompanhamento e Monitoramento dos recursos do Fundeb. Composição do novo Conselho. Duração do mandato dos conselheiros. Atribuições obrigatórias. Condições de ilegitimidade e de garantias aos conselheiros. Informações aos órgãos de fiscalização: Câmara Municipal, Ministério Público e Tribunal de Contas. A análise e parecer das prestações de contas dos recursos do Fundeb e das transferências automáticas e voluntárias.

## - PLANO DE CARGOS, CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL

Princípios estabelecidos na Constituição Federal. A Lei nº 9.394/96. Condições previstas na Lei nº 14.113/2020. Relação de cargos, habilitações, nível de atuação e funções. Função de docência e de suporte pedagógico à docência. Vencimento ou salário básico e vantagens acessórias. A ampliação de jornada de trabalho. Progressão na carreira por titulação e avaliação de desempenho. Tabela de vencimentos. Piso Nacional do Magistério. Cálculo de impacto financeiro.

## - GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL

A organização do órgão gestor da educação municipal: Departamento Municipal de Educação ou Secretaria Municipal de Educação. A organização administrativa. Autarquia Municipal de Educação. Implantação do sistema municipal de ensino. Fundamentos legais. Dispositivos legais necessários à implantação. Organização e funcionamento do Conselho Municipal de Educação como órgão normativo do sistema. Diferenças entre os Conselhos Municipais sem implantação do sistema. Recursos físicos, materiais, humanos e financeiros para o desenvolvimento do sistema municipal. Vantagens e desvantagens pela implantação do sistema de ensino. O Conselho Escolar e a Associação de Pais e Mestres. A Deliberação nº 02/2018 do Conselho Estadual de Educação do Paraná. Princípios constitucionais aplicáveis à administração municipal. A legislação educacional. Ato administrativo: classificação, anulação e revogação. Responsabilidades do administrador municipal. Noções básicas de contabilidade pública. O Diretor da Escola. Formas de designação. Exigência legal de prévia comprovação de mérito e desempenho. As funções do Diretor da Escola: administrativas, financeiras, de recursos humanos e pedagógicas. A gestão democrática da rede municipal ou sistema e das escolas.